



Participação feminina na imprensa alternativa paraense no pós-1964: reflexões sobre o jornal *Resistência*

Rosaly de Seixas BRITO¹
Ana Vitória Monteiro GOUVÊA²

Resumo:

O artigo busca entender o papel do *Resistência*, jornal alternativo fundado em 1978 pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), na promoção da representatividade feminina e no fortalecimento da luta por igualdade de gênero, no contexto de combate à ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil. À época nascia, também, o movimento feminista brasileiro. Investiga-se o lugar ocupado pelas mulheres nas pautas e na produção do material jornalístico do *Resistência*, tendo por base as contribuições de Ana Carolina Escosteguy (2020), Cynthia Sarti (2004), bell hooks (2019), Heloísa Buarque de Hollanda (2019) e Bernardo Kucinski (2003), entre outros. Além de entrevistas semiestruturadas, recorreremos à pesquisa e à análise documentais, a partir de oito edições do jornal entre 1982 e 1983.

Palavras-chave: imprensa alternativa; representatividade de gênero; jornal *Resistência*.

Female participation in the alternative press of Pará after 1964: reflections on the newspaper *Resistência*

Abstract:

This study seeks to enhance our the understanding of the role played by the newspaper *Resistência*, founded in 1978 by the Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, in advancing women's representation and supporting the struggle for gender equality, in the context of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). At the time, the Brazilian feminist movement was also born. The present study sought to examine the role of women in the production of *Resistência*'s journalistic material based on the contributions of Ana Carolina Escosteguy (2020), Cynthia Sarti (2004), bell hooks (2019), Heloísa Buarque de Hollanda (2019) and Bernardo Kucinski (2003), among others. In addition to semi-structured interviews, documentary research and analysis were employed, based on eight editions of the newspaper between 1982 and 1983.

Keywords: alternative press; gender representativeness; *Resistência* newspaper.

¹ Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade de Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. *E-mail:* rosaly@ufpa.br

² Graduanda da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Comunicação Social–Jornalismo. *E-mail:* anavmgouvea@gmail.com





Participación femenina en la prensa alternativa de Pará después de 1964: reflexiones sobre el periódico *Resistência*

Resumen:

Este artículo busca mejorar la comprensión del papel desempeñado por el periódico *Resistência*, fundado en 1978 por la Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, en el avance de la representación de las mujeres y el apoyo a la lucha por la igualdad de género, en el contexto del combate a la dictadura civil-militar (1964-1985) en Brasil. En esa época también nació el movimiento feminista brasileño. Se investiga el lugar que ocupan las mujeres en las agendas y producción del material periodístico de *Resistência*, a partir de los aportes de Ana Carolina Escosteguy (2020), Cynthia Sarti (2004), bell hooks (2019), Heloísa Buarque de Hollanda (2019) y Bernardo Kucinski (2003), entre otros. Además de las entrevistas semiestructuradas, se utilizó investigación y análisis documental, a partir de ocho ediciones del periódico entre 1982 y 1983.

Palabras clave: prensa alternativa; representatividad de género; periódico *Resistencia*.

Introdução

A interseção entre comunicação e gênero tornou-se tema recorrente no campo acadêmico. Desde a década de 1980, intensificou-se fortemente o debate teórico e a publicação em torno dessa interface. Seja no âmbito das ciências sociais ou estritamente da comunicação, as perspectivas feministas dão vazão a uma crítica contundente da afirmação ocidental do papel masculino sobre o feminino, como afirma Matos (2008). Conforme a autora, as discussões sobre gênero têm tido um papel fundamental de denúncia às opressões coloniais que marcaram a modernidade, reiteradas há séculos sobre a condição humana e particularmente sobre as mulheres.

Foi no contexto ditatorial no Brasil, de fortes tensões e embates políticos, que emergiu a discussão sobre as desigualdades de gênero e esboçaram-se as pautas feministas (Alves, 2021). O movimento feminista durante a ditadura foi marcado por várias frentes de atuação. As mulheres se organizaram em grupos, coletivos e associações para discutir temas como direitos reprodutivos, violência contra a mulher, direitos trabalhistas, igualdade salarial, acesso à educação e saúde, entre outros. Buscaram, ainda, promover mudanças legislativas e políticas para garantir maior equidade de gênero.

Embora boa parte desses grupos de mulheres se organizasse na órbita dos movimentos de militância de esquerda, Escosteguy, Nassif, Vanuzzi, Pires e Reis (2003) assinalam que as pautas feministas eram malvistas de modo geral nas organizações de esquerda porque



“especificavam” as demandas e supostamente afastavam as mulheres de camadas sociais mais baixas dessa luta, tornando-a, de certa forma, elitista. Para as organizações, ser feminista era reformismo burguês e implicava que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (Sarti, 2004).

Como esse debate reverberou na imprensa alternativa, por definição, contra-hegemônica? Neste trabalho buscamos contribuir para responder essa pergunta a partir da análise da experiência de um importante jornal no Norte do país. Nascido dez anos após a decretação do Ato Institucional no. 5 (AI-5), como órgão da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), o jornal *Resistência* teve papel fundamental na Amazônia em defesa dos povos tradicionais, dos excluídos de modo geral pelo regime militar e pelo modelo desenvolvimentista predatório que impôs à região. Foi isso que justificou sua escolha como objeto empírico da análise aqui feita³. No presente artigo, analisamos o lugar ocupado pelas mulheres nas pautas e sua visibilidade nas edições do jornal *Resistência*, bem como na produção de seu material jornalístico entre 1982 e 1983.

Na primeira parte do artigo, apresentamos a metodologia utilizada, que alia entrevistas semiestruturadas à pesquisa documental, que foi utilizada como instrumento de coleta e análise das fontes. Além disso, analisamos o contexto de estudo da comunicação a partir das perspectivas de gênero segundo Sarti (2004), Escosteguy, Nassif, Vanuzzi, Pires e Reis (2003), Matos (2008) e Escosteguy (2019, 2020). Também também dialogamos com a concepção de sujeito de Foucault (2009) e com bell hooks⁴ (2019) e sua perspectiva de representatividade.

O *corpus* da pesquisa envolveu a análise de oito edições do jornal entre 1982 e 1983, combinando pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com jornalistas e

³ Este texto é uma nova versão, com base em pesquisa que ancorou o Trabalho de Conclusão de Curso de Ana Vitória Monteiro Gouvêa, intitulado *Assimetrias de gênero na imprensa alternativa no pós-1964: um olhar crítico sobre o jornal Resistência*, defendido em 2023 na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará, sob orientação da professora Rosaly de Seixas Brito.

⁴ Neste trabalho, utilizamos o nome da autora em letra minúscula em acordo com o posicionamento político tomado por ela em vida, que buscava romper com as convenções linguísticas, dando destaque ao seu trabalho ao invés da sua pessoa.

colaboradores do jornal. São interlocutores da pesquisa os jornalistas Cristina Serra, João Vital e Lúcia Helena Pinheiro, além de Euníciana Peloso, que coordenava as finanças do jornal⁵.

A pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2003), busca dados não tratados cientificamente e pode ser complementada pela pesquisa bibliográfica para embasar teoricamente o estudo (Gil, 2008). A análise das edições se baseou em 25 exemplares não digitalizados disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), sendo selecionadas oito edições dentro de um ano para contextualizar a cobertura sobre mulheres. A escolha de 1982 e de 1983 se deu por dois motivos: o primeiro foi a disponibilidade do acervo e a lógica temporal encontrada nele; o segundo foi a convergência da disponibilidade do acervo e o período em que os entrevistados trabalharam no jornal.

As entrevistas, conforme a perspectiva de Lakatos e Marconi (2003) e de DiCiccio-Bloom e Crabtree (2006), foram essenciais para compreender o contexto vivido na redação do jornal. Os dados coletados foram representados em tabelas numéricas para visualizar tendências, considerando a limitação da amostra e a temporalidade do estudo, que se distancia 45 anos do momento presente, requerendo cautela na interpretação dos resultados.

Jornal *Resistência*: uma trincheira na luta contra a ditadura

No ciclo autoritário do pós-1964, os jornais alternativos surgiram em um contexto de intensa luta política, como vozes vigorosas de denúncia contra as diversas formas de opressão perpetradas pelo regime militar. Segundo Kucinski (2003), a imprensa alternativa emergiu no Brasil em meados da década de 1964, logo após o golpe, e contou com mais de 150 jornais espalhados pelo país inteiro em um período que se estendeu até o início da década de 1980. Constituiu-se em instrumento fundamental para confrontar, além do regime, a postura da chamada *grande imprensa* que a ele aderiu, tanto no âmbito político quanto no apoio às políticas econômicas adotadas, que favoreceram o grande capital em detrimento dos interesses das parcelas majoritárias da sociedade.

Assim, no ano em que a decretação do Ato Institucional nº 5 completaria seu décimo aniversário, no dia 7 de fevereiro de 1978, o jornal *Resistência* foi fundado (Costa, 2018). Sua

⁵ Importante ressaltar que os interlocutores da pesquisa autorizaram formalmente a utilização de seus nomes verdadeiros no texto.

principal característica era a linguagem acessível e contundente em defesa dos direitos humanos, denunciando todas as formas de violência contra os segmentos sociais mais vulnerabilizados da sociedade brasileira, com especial destaque para as populações amazônicas, afetadas de maneira particular pela lógica predatória de ocupação do território que pautou a política desenvolvimentista do regime militar na Amazônia.

De alinhamento político à esquerda, a diretoria da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), composta na época por Hecilda Veiga, Paulo Fonteles e Isabel Cunha, decidiu fundar um núcleo de imprensa “para a divulgação da sociedade e para atrair simpatizantes” (Kucinski, 2003, p. 74).

Apesar de órgão de uma sociedade de direito civil, Resistência tinha a conformação típica dos jornais alternativos, e destacou-se como um dos mais sugestivos da última fase do ciclo alternativo. Não só pelo seu conteúdo editorial, que cobria, com autonomia jornalística, todos os campos normalmente tratados pela imprensa alternativa de base, como também pela organicidade de sua articulação, pela quantidade de trabalho envolvida na sua produção, distribuição e administração (Kucinski, 2003, p.75).

Na primeira edição do jornal, escrito sob o codinome João Pedro, Fonteles dá a medida dos desafios que a entidade teria que enfrentar. “É claro que nas difíceis condições da vida política de nosso país, uma entidade que tem a coragem de aberta e firmemente dizer que a sua luta principal é a defesa dos direitos humanos, tão vilipendiados hoje, não tem vida fácil” (Carvalho, 1994, p. 257).

A maioria dos exemplares tinha entre 11 e 20 páginas, e era impresso no formato tabloide. O *Resistência* sobrevivia de doações dos membros da SPDDH e dos trabalhos executados pela gráfica Suyá, que também pertencia à sociedade (Serra, 2023; Vital, 2023).

Figura 1 – Capa da edição nº 4, dezembro de 1979



Fonte: Acervo Fundação Casa da Cultura de Marabá (Costa, 2018).

Em vista das limitações financeiras que o afetavam, o *Resistência* era mantido em grande medida por colaboradores que, em sua maioria, faziam trabalho voluntário tanto para a SPDDH quanto para o jornal (Vital, 2023; Serra, 2023; Peloso, 2023). Dos nossos entrevistados, apenas João Vital e Cristina Serra foram jornalistas remunerados. A experiência dos jornalistas Serra e Vital, por exemplo, começou como trabalho voluntário para só depois serem oficialmente contratados como repórteres pelo jornal.

O baixo financiamento e os constantes ataques pela Lei de Segurança Nacional à sua estrutura transformaram o *Resistência* em um jornal com periodicidade irregular numa primeira fase (Kucinski, 2003; Costa, 2018). Foi por muito esforço coletivo de todos os membros do

Núcleo de Imprensa da SPDDH que o jornal começou a ser rodado quinzenalmente a partir da sua 39ª edição, em 1982.

O jornal teve sua redação e gráfica invadidas por policiais diversas vezes (Maklouf, 1982, p. 2) e destacava em todas as edições o confisco da quinta edição do jornal pelos policiais militares de Belém. Na referida edição, uma reportagem especial com presos e torturados pelo Ministério da Defesa foi censurada, a redação e a gráfica do jornal foram dilapidadas e o presidente da SPPDH Paulo Fonteles e o editor do *Resistência* Luiz Maklouf foram conduzidos à delegacia.

Como uma trincheira de guerra (Vital, 2023) e um guarda-chuva para a militância (Peloso, 2023), o *Resistência* era uma espécie de reduto para a esquerda revolucionária da época. Seus jovens repórteres e colaboradores viam o jornal como uma verdadeira maneira de participar e intervir politicamente nos momentos de luta que o país vivia (Serra, 2023; Vital, 2023).

As páginas do jornal também abriam espaço para manifestações políticas dos próprios jornalistas que lá trabalhavam. A jornalista e colaboradora do jornal Lúcia Helena Pinheiro (2023, informação verbal)⁶ lembra como era o trabalho no jornal:

Era um ambiente de denúncia em relação à violação aos direitos humanos. Era onde muitos desses jornalistas que não podiam escrever na mídia “normal”, digamos assim, tinham espaço para se manifestar. Era meio como um abrigo para essa galera de esquerda que estava mais ligada com a militância, porque no Pará era praticamente só esse jornal alternativo, tinham outros, mas que circulava assim era praticamente o *Resistência*.

Entender o contexto e a estruturação do jornal *Resistência* é o primeiro passo para pensar a questão da representatividade feminina, principalmente no período de grande agitação que foi a segunda metade do século XX. Pensar como as questões de gênero e o debate sobre o feminismo repercutiram no jornal com a lupa da época atual seria uma perspectiva equivocada de análise. Houve, sim, ausências e desigualdades constatadas na abordagem dessas pautas, o que em parte pode se justificar pelo estágio dessa discussão à época no mundo, o que trataremos no tópico a seguir.

⁶ PINHEIRO, Lúcia Helena. Entrevista concedida via Google Meet a Ana Vitória Gouvêa. 18 out. 2023. Belém.

Comunicação e gênero: os primeiros passos durante a ditadura

Durante a década de 1960, o mundo vivia sob intensa efervescência política, em que se destacava a chamada *segunda onda do feminismo*. Se, por um lado, avançava uma agenda política ultraconservadora, com as movimentações para o golpe de 1964, por outro, os estudos feministas e o feminismo ativista também avançavam no Brasil.

Há uma singularidade que merece ser destacada quanto à formação do movimento feminista brasileiro. Enquanto naquele momento o feminismo na Europa e nos Estados Unidos “se alimentava das utopias e dos sonhos de liberdade e transformação da década de 1960”, como assinala Hollanda (2019, p. 10), no Brasil o movimento das mulheres se entrelaçou com a organização de uma frente ampla de combate à ditadura. “A organização de nosso movimento feminista, bem como de sua progressiva visibilidade, ao lado da emergência de um pensamento feminista entre nós, se deu em pleno regime de exceção política que se seguiu ao golpe militar de 1964” (Hollanda, 2019, p. 10).

Em vista disso, de acordo com a autora, entre as décadas 1960-1970, as pesquisadoras feministas brasileiras privilegiaram temáticas mais afinadas com o discurso das esquerdas do que aquelas ligadas ao aborto, à sexualidade, à necessidade do planejamento familiar, dentre outras com grande repercussão à época em outros países. Não que essas questões tivessem sido silenciadas aqui, e sim, como argumenta Hollanda (2019), que tenham ficado mais restritas às discussões dos chamados “grupos de reflexão” de mulheres, reconhecidos de maneira unânime pelas ativistas como um marco embrionário para o movimento feminista no Brasil.

Considerando a delimitação das ondas feministas⁷, o movimento feminista surge no Brasil, então, durante a segunda onda, entre as décadas 1960-1980, em que as “políticas do corpo” assumem uma centralidade, sendo problematizadas questões como sexualidade, corpo, direitos reprodutivos, a violência sofrida pelas mulheres nas relações familiares, a desigual distribuição do trabalho no âmbito doméstico e no cuidado com os filhos, a luta contra a rígida demarcação dos papéis de gênero, entre outras (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021). O livro

⁷ Em consonância com outras posturas que problematizam a chave analítica das ondas feministas, Diana Ribeiro, Conceição Nogueira e Sara Magalhães (2021) consideram que, como as ondas foram delimitadas a partir do olhar europeu-estadunidense, podem subsumir e silenciar outras realidades vividas por mulheres fora desse eixo hegemônico. As autoras reconhecem, porém, que a leitura dos feminismos pela ótica das ondas constitui, inegavelmente, uma rica fonte para a sua compreensão.

de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, em que a autora formula uma demolidora crítica contra a hegemonia do paradigma masculino na sociedade e enuncia que não se nasce mulher, torna-se mulher, é considerado um ponto de passagem entre a primeira e a segunda onda do movimento. Ainda que tenha sido lançado em 1949, a obra teve um impacto e uma força irradiadora tão grande que pavimentou o caminho para as grandes mobilizações de mulheres a partir da década de 1960.

A conceituação do termo *gênero* só aconteceu mais tarde, por acadêmicas europeias (Natansohn, 2002). Segundo Tomazetti (2019), essa “primeira” versão do conceito pensa a construção sexual dos corpos a partir da cultura e das relações de poder, em que masculino e feminino se relacionam numa perspectiva de construção social.

Pensando o gênero como uma estrutura de classificação social, subjetiva e relativa, as teóricas feministas romperam com a não-historicidade do termo, sustentada por um pensamento androgênico de ciência, que universalizou sexo e gênero como categorias estáveis. Superaram-se, assim, as afirmações que embasavam a noção de inferioridade da mulher em relação ao homem, permitindo a incorporação da dimensão do cultural às diferenças sexuais, o que gerou uma torção no olhar das estruturas e do próprio pensamento social (Tomazetti, 2019, p. 16).

A partir dessa reflexão, o campo de estudo interdisciplinar de gênero seguiu os diferentes períodos dos movimentos feministas no Brasil, tanto no âmbito acadêmico quanto no ativista. Isso porque as questões de gênero são condicionantes das estruturas que formam as marcas sociais das sociedades latino-americanas (Kunsch, 2022). Kahwage (2019, p. 73) lembra que é a partir dessa perspectiva que conseguimos perceber as dinâmicas de poder:

A questão de gênero, tratada como categoria de análise [...] é um aspecto a ser destacado, assim como outros marcadores de diferença. São elementos que ajudam na organização do conjunto de regras da sociedade e [...], atuam na manutenção do controle da narrativa hegemônica a respeito de quem pode falar, o que pode ser falado em determinada época, e em que medida é falado.

O debate teórico sobre gênero como categoria analítica, segundo Scott (2019, p. 65), toma corpo somente no final do século XX: “O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre

mulheres e homens”. Butler (2003) assinala que o gênero é produzido discursivamente, distinguindo-se da determinante biológica do sexo e instituindo práticas reguladoras a partir das quais os sujeitos verão a si mesmos e serão enquadrados social e culturalmente.

A mídia, como espaço de mediação ativa, é grande agente na construção de sentidos em relação ao que é ser mulher e quais seriam seus papéis nos mais diversos contextos sociais. Dessa forma, os meios de comunicação têm um papel imprescindível e protagonista nas discussões sobre gênero, já que funcionam tanto como palco, pensando em relação à sua infraestrutura, quanto como formadores de opinião (Garcez, 2017). Para Escosteguy (2020), pensar a comunicação a partir dessa perspectiva é levar em conta o papel que os meios têm na definição de realidade e na construção das representações das mulheres e outras identidades de gênero.

No *Dicionário de política* (Bobbio, 1991), a representação política é descrita como a capacidade do diálogo entre governados e governantes. Pitkin (2006) enfatiza que a representação política é essencial para uma democracia funcional, enquanto Sodré (2005) destaca que as minorias, frequentemente sub-representadas, são centros de debate e reivindicação política, fundamentais para a discussão sobre representatividade.

Quando se fala sobre representatividade, é sobre as minorias que está se falando, já que o significado de representatividade é “qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome” (Representatividade, 2020). É nessa perspectiva que bell hooks (2019) argumenta que uma representatividade significativa envolve a transformação de sistemas opressivos, desafiando as normas dominantes e criando espaços nos quais as vozes marginalizadas possam ser expressas autenticamente.

A representatividade, portanto, é uma forma de exercer a cidadania. Souza-Lobo (2021, p. 236) argumenta que “a noção de cidadania (para as mulheres) requer um desvio por outra instância, que não o simples fato de se pertencer ao gênero humano. Para elas, a cidadania deve ser justificada”. Na esquerda brasileira, havia uma espécie de “ranqueamento” dos problemas e demandas das classes populares, e questões como gênero, sexualidade e direitos das mulheres eram demandas vistas como específicas (Sarti, 2004).

Ainda assim, esses espaços de militância funcionavam como uma forma de insurgência e transgressão aos papéis designados às mulheres. Nesse caso, as militantes se afastavam da tradicionalidade e do conservadorismo – lutando com armas, empenhando um papel de liberdade sexual e, por vezes, negando a instituição do casamento – sem necessariamente seguirem uma agenda feminista. As mulheres configuravam uma parcela significativa das militantes de esquerda, estando incluídas em diversas áreas de atuação militante.

Algumas dessas mulheres também figuraram na triste lista de vítimas das graves violações cometidas pela ditadura militar. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), havia um significativo grupo de mulheres, o que evidencia a dimensão da violência de gênero também vivenciada entre as militantes contra o regime do pós-1964. A Comissão Nacional da Verdade (2014), inclusive, dedica um capítulo inteiro para tratar especificamente sobre a instrumentalização da violência sexual.

O relatório “As igrejas e as graves violações” revela que (essas mulheres) eram católicas e protestantes das cidades, do campo e das aldeias indígenas, leigas e religiosas, atuantes com a juventude e com adultos como educadoras, agentes de saúde, missionárias, trabalhadoras, sindicalistas, que desejavam ser tratadas com dignidade. Ou estavam, também, simplesmente na pobreza e nas dificuldades da periferia das cidades (Comissão Nacional da Verdade, 2014, v. 3, p. 195).

É por isso que podemos entender que a participação feminina em um jornal como o *Resistência* era coerente com sua proposta de contestação política. A jornalista Cristina Serra, a primeira repórter remunerada do *Resistência*, lembra que, no geral, as mulheres estavam bastante presentes, desde cargos de produção até de direção na entidade que publicava o jornal. “Não posso te dizer que eu lembro de alguma matéria específica, até porque eu era muito mais ligada às pautas de movimento sindical, habitação, mas eu lembro sim dessa produção da pauta de gênero, a questão das mulheres” (Serra, 2023, informação verbal)⁸.

Essa afirmação também é reiterada por Euníciana Peloso, assistente social que atuou como tesoureira do jornal e da SPDDH. Para ela, na época não havia uma estruturação teórica

⁸ SERRA, Cristina. Entrevista concedida via Google Meet a Ana Vitória Gouvêa. 17 out. 2023. Belém.

que abrisse espaço para as discussões de gênero, mas o fato de mulheres estarem ocupando boa parte dos cargos na organização demonstrava que havia abertura para essas demandas.

Tinham muitas mulheres, era a maioria de fato. Tanto na diretoria, quanto na militância. Mas não eram nucleadas, não existia um núcleo de mulheres. Naquela época, a gente não pensava em feminismo exatamente, nem gênero, para te falar a verdade. Estava tudo no mesmo bojo, um grande guarda-chuva, então meio que as demandas se misturavam (Peloso, 2023, informação verbal)⁹.

Para Foucault (2009), a exclusão no âmbito dos discursos é um procedimento utilizado para o silenciamento nas sociedades. Mulheres e outras minorias sociais são sistematicamente colocadas em papéis de insurgência e distantes das tomadas de poder, são vulneráveis a situações de violência e usurpação de suas liberdades. A luta e a subversão dessas mulheres, tanto como jornalistas do *Resistência* bem como questionando o contexto autoritário, numa perspectiva foucaultiana, representa a quebra desse paradigma de exclusão discursiva.

A representatividade feminina no jornal *Resistência*

O movimento feminista durante a ditadura foi marcado por várias frentes de atuação. As mulheres se organizaram em grupos, coletivos e associações. No Pará, não foi diferente. Eram lideranças de movimentos estudantis, sociais e sindicalistas. Na Guerrilha do Araguaia¹⁰, dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram mulheres (Teles, 2014).

Todas as entrevistadas estiveram de alguma maneira ligadas ao movimento de resistência durante a ditadura e, em sua maioria, viam o jornal *Resistência* como uma forma ativa de fazer valer suas vozes em um contexto que nunca tinha sido vivido antes, que era a época da luta pela redemocratização do país.

Quando eu saí de Belém, no começo de 1983, a gente ainda vivia o contexto de muita incerteza de como é que terminaria o regime autoritário. A gente sabia que ia terminar porque já havia indicações disso, né? A principal foi a Lei de Anistia, de 1979. [...] A gente já tava

⁹ PELOSO, Euníciana. Entrevista concedida via Google Meet a Ana Vitória Gouvêa. 17 out. 2023. Belém.

¹⁰ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de resistência que se instalou na região sul e sudeste do Pará, na região conhecida como “Bico do Papagaio”, divisa com os estados do Tocantins (na época, Goiás) e Maranhão, entre 1967 e 1975 (Nascimento, 2000).

vendo a porta de saída, mas em 1981 ainda teve o atentado do Riocentro. Então era um período de muita incerteza política (Serra, 2023).

A própria criação e inserção do sujeito “mulher” é derivada de uma longa e profunda formação histórica. O sujeito, para Foucault (2009), é uma construção social e histórica que é produzida e moldada pelo poder e pelo discurso. O sujeito não é simplesmente um agente que exerce poder, mas também é afetado e limitado pelo poder. E pensando especificamente no caso das mulheres, essa limitação até hoje existe nos ambientes de poder e de tomadas de decisão (Sarti, 2004).

Na pesquisa que resulta neste artigo, foram analisadas oito edições do jornal *Resistência* entre 1982 e 1983. Como mostrado na Tabela 1, nessas edições constam 22 chamadas e 163 reportagens, em uma média de 19 reportagens por edição do jornal.

Tabela 1 – Quantidade de chamadas e reportagens no *Resistência* entre 1982-1983

EDIÇÃO	DATA	CHAMADAS	REPORTAGENS
39	01/09/1982 – 15/09/1982	3	18
41	01/10/1982 – 15/10/1982	3	25
42	16/10/1982 - 31/10/1982	2	26
43	01/11/1982 – 15/11/1982	1	29
44	16/11/1982 – 30/11/1982	4	21
46	16/12/1983 – 31/12/1982	3	19
47	01/01/1983 – 15/01/1983	3	14
48	16/01/1983 – 31/01/1983	3	11
TOTAL	8	22	163

Fonte: Elaborada por Brito e Gouvêa (2023).

Apesar do expressivo número de manchetes e reportagens, a Tabela 2 revela que apenas 11 reportagens são assinadas por mulheres e, dentro de todo o escopo do jornal, são mencionadas diretamente ou indiretamente apenas 23 mulheres em quase um ano.

Tabela 2 – Mulheres citadas e reportagens por mulheres no *Resistência* entre 1982-1983

EDIÇÃO	QTDE MULHERES CITADAS NOMINALMENTE	QTDE REPORTAGENS ASSINADAS POR MULHERES
39	2	0
41	1	0
42	3	0
43	4	1
44	3	3
46	2	3
47	5	1
48	3	3
TOTAL	23	11

Fonte: Elaborada por Brito e Gouvêa (2023).

Na edição 41, de outubro de 1982, uma mulher é entrevistada numa reportagem sobre as condições de saúde da população do bairro da Sacramento (Guerra, 04 out. 1982, p. 7). No entanto, apesar de sua fala contundente e relevante sobre o assunto, seu nome não é citado em momento algum.

Na edição 42, em 1982, mais três mulheres são entrevistadas no jornal. A primeira é Eliana Soares, secretária do jornal. Na ocasião, Eliana foi entrevistada sobre a invasão da gráfica Suyá por policiais (Maklouf, 1982, p.2), mas há dois momentos dessa entrevista: o primeiro, em que sua fala é utilizada apenas como uma citação indireta e o segundo, em que é devidamente transcrita a entrevista. As duas últimas são Emerlinda e Anazilda, ambas entrevistadas no especial do jornal para as eleições daquele ano; no entanto, nenhuma das duas é referida com o uso de seu sobrenome. Diferente dos candidatos masculinos, como Jader Barbalho, que concorria ao cargo de governador do estado do Pará naquelas eleições.

Vemos a primeira reportagem assinada por mulheres na edição 46, já no final do ano de 1982. As jornalistas Cristina Serra e Lúcia Helena Pinheiro assinam duas reportagens, cada.

Também precisamos levar em consideração alguns fatores: o primeiro é que, de modo geral, realmente não havia um grande espaço nas discussões da esquerda sobre as demandas femininas (Sarti, 2004; Alvarez, 2014); o segundo é que, naquele contexto, era pouca a visibilidade dada a essas personagens e suas pautas, o que evidencia uma desigualdade de tratamento de gênero. Em parte, isso talvez se devesse ao fato de não haver uma disseminação tão grande dos debates sobre gênero à época, ao mesmo tempo, porém, é revelador de que,

mesmo em um órgão de imprensa de esquerda, as hierarquias e certo apagamento das mulheres, principalmente como fontes das matérias na amostra analisada ou mesmo no processo de produção jornalística, se faziam notar.

Apesar disso, não era esse o sentimento ou percepção das próprias jornalistas que são citadas, Cristina Serra e Lúcia Helena Pinheiro, pois ambas relembram com carinho não apenas a época, mas a maneira como o trabalho era desenvolvido no jornal.

Em relação à questão feminina todos os colegas se engajavam, estava todo mundo bem junto. Eu não lembro assim de nenhuma diferenciação do tipo ‘se você é mulher, você só vai fazer isso’. Então eu não vi, eu não lembro assim. Porque, na minha concepção, nós éramos mulheres, mas todo mundo era feminista e estava a favor desses direitos. Tudo junto e misturado (Pinheiro, 2023).

A jornalista Cristina Serra também destaca o papel formador de sua atuação no jornal:

Era um processo de descobertas e eu costumo dizer que encontrei isso dentro do Resistência. Sempre me senti extremamente respeitada lá dentro, né? Onde eu me descobri como pessoa, como gente que pensa, que tem essa autonomia. Foi isso que me constituiu, isso que me formou como pessoa e como profissional e dentro disso está o respeito à minha condição de mulher (Serra, 2023).

Pensando pela questão da equipe que compunha tanto o jornal *Resistência* quanto a Sociedade Paraense de Direitos Humanos estavam duas mulheres que eram referência no movimento feminista e dos direitos humanos paraense: Izabel Cunha¹¹ e Euníciana Peloso. Ambas não eram jornalistas, mas faziam constantes contribuições para as edições do jornal. Além delas, quem também esteve envolvida nessa produção executiva do jornal foi a socióloga e militante Hecilda Veiga¹².

No entanto, as entrevistas com colaboradores do jornal na época permitem inferir que havia um grande contingente feminino, se considerado o Núcleo de Imprensa e a direção da

¹¹ Izabel Cunha, mais conhecida como Iza Cunha, foi uma historiadora ativista do movimento feminista e dos direitos humanos no Pará. Ela foi uma das fundadoras do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade e da Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos. Em 1971, foi presa e torturada pela ditadura. (MIRANDA, 2019)

¹² Hecilda Veiga também foi uma importante figura na luta pelos direitos humanos e das mulheres no Pará. Ela esteve envolvida com o movimento de resistência Ação Popular Marxista-Leninista. Hecilda, grávida, foi presa e torturada em 1971. (MERLINO; OJEDA, 2010)

SDDH. Essas mulheres ocupavam cargos de direção, reportagem e administração tanto no jornal quanto na própria Sociedade Paraense de Direitos Humanos. Segundo o jornalista João Vital (2023), essas mulheres estavam constantemente envolvidas nas movimentações do jornal desde a parte financeira, passando pela produção até a edição final.

Nós cobríamos muitas agendas relacionadas aos movimentos populares e às questões de mulheres, até porque havia muitas entre nós. Era praticamente mais da metade dos colaboradores do jornal. [...] Na época, a gente também tratava com muito heroísmo o trabalho das mulheres que participavam na luta, que estavam no *front*. A Hecilda Veiga que desde sempre tava envolvida com a Sociedade Paraense dos Direitos Humanos também estava presente. Ela é um caso bem específico porque ela foi presa e torturada, grávida ainda. Então, a militância dela era em vários setores e ela não tinha medo, não. Havia essa perseguição política em relação a ela, mas ela sempre estava lá com a gente na gráfica, na redação (Vital, 2023, informação verbal)¹³.

Além disso, outro aspecto merece ser destacado em relação à assinatura de reportagens: por ser um jornal alternativo, que vivia sob constantes ataques da censura, a não assinatura das reportagens era uma forma de proteção aos jornalistas que colaboravam com o jornal. Principalmente, em materiais mais críticos.

Considerações finais

As análises do jornal e das entrevistas nos permitiram levantar um resultado que pode parecer paradoxal: de um lado, temos os números das tabelas demonstrando pouco destaque às mulheres no jornal; e, de outro, nossos interlocutores afirmando repetidamente que as práticas dentro do *Resistência* eram igualitárias.

Entretanto, a percepção dos interlocutores que trabalharam no jornal torna mais fácil identificar um funcionamento interno que permitia e dava condições para a abertura às discussões sobre as questões femininas e relativas à luta das mulheres. Além disso, é importante reforçar como o distanciamento temporal da época da pesquisa influencia nas concepções das discussões sobre gênero, que avançaram intensamente nesses 45 anos.

¹³ VITAL, João. Entrevista concedida via Google Meet a Ana Vitória Gouvêa. 08 out. 2023. Belém.

Assim, o alinhamento à esquerda do jornal *Resistência* não exclui o contexto em que ele se insere, nem o isenta de cometer falhas ou reforçar simbologias discursivas em relação às mulheres. Conseguimos identificar que, nesse caso, o contexto do mundo quando o *Resistência* era publicado influenciava em grande medida as formas de pensar e exercer poder, mesmo que inconscientemente.

Ao considerar o alinhamento à esquerda do jornal e a crítica à sua inserção em um contexto patriarcal, podemos examinar como esses dois elementos podem interagir e se manifestar nas páginas do veículo. O fato de o jornal estar inserido em um contexto patriarcal implica que ele está sujeito a influências e estruturas sociais que tendem a reforçar desigualdades de gênero e limitar a representatividade das mulheres.

Assim, tanto os depoimentos dos interlocutores como os dados coletados no jornal demonstram a tentativa de romper com as limitações do contexto histórico e político em que ele era publicado. Essa abertura para a representatividade das mulheres e o espaço para perspectivas diversas vai se ampliando gradativamente no *corpus* analisado: conseguimos perceber que nas últimas edições analisadas há um aumento considerável da quantidade de mulheres entrevistadas e reportagens assinadas, corroborando assim as falas dos nossos entrevistados.

É importante ressaltar que a representatividade e a subversão de papéis de gênero podem ser uma maneira de questionar as estruturas de poder e desafiar a hegemonia existente (hooks, 2019; Pitkin, 2006), principalmente se pensarmos no contexto da ditadura militar, em que toda contravenção aos costumes conservadores era tida como um ataque às estruturas de poder.

O jornal *Resistência*, como os outros jornais alternativos da época, cumpria um papel social importantíssimo de denúncia sobre os horrores da ditadura. Ao destacar e valorizar as vozes das mulheres, ainda que com limitações, o jornal pôde contribuir para a promoção das pautas pela igualdade de gênero e para uma sociedade mais inclusiva.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista.** *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/?lang=pt>. Acesso em 18 out. 2023.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 19, n. 47, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.56080. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/56080>. Acesso em: 03 out. 2023.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília-DF: CNV, 2014. 1996 p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Contido à bala**: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará. Belém-PA: Cejup, 1994.

COSTA, Josué Ivan. **A voz do Resistência**: um jornal contra a ditadura militar. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2018. Disponível em: https://repositorio.unifesspa.edu.br/bitstream/123456789/980/1/TCC_%20A%20voz%20do%20resistencia%20um%20jornal%20contra%20a%20ditadura%20militar.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

DICICCO-BLOOM, Barbara; CRABTREE, Benjamin F.. The qualitative research interview. **Medical Education**, Edimburgo, v. 40, n. 4, p. 314–321, 2004. Disponível em: <https://asmepublications.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]** Brasília, DF: Compós, 2019. p. 100-115. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/midia-e-questoes-de-genero-no-basil-pesquisa-categorias-feminismo?lang=pt-br>. Acesso em: 21 set. 2023.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Comunicação e gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 103–138, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27643. Acesso em: 29 nov. 2023.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; NASSIF, Bárbara; VANUZZI, Cristina; PIRES, Mariana; REIS, Pedro Henrique. A temática das relações de gênero dos estudos de comunicação. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 162-185, 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/16510>. Acesso em: 15 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GARCEZ, Gabriela Soldano. **O papel da mídia na formação da opinião pública: o status de ator emergente para o direito internacional com influência na proteção ambiental.** 2017. Tese (Doutorado em Direito Ambiental Internacional) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2017. Disponível em: https://tede.unisantos.br/handle/tede/3441?locale=pt_BR. Acesso em: 12 jul. 2023

GIL, Antônio Carlos. **Metódos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2008.

GUERRA à poeira vai prosseguir. *Jornal Resistência*, ano 5, ed. 41, p. 7. 15 out. 1982.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução. *In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 9-20.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo.** Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KAHWAGE, Nathália Lima. Representação política, gênero e relações de poder: análise de aspectos discursivo da atuação de vereadoras de Belém e de Manaus no Facebook. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12764>. Acesso em: 29 nov. 2023

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Edusp, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling; MUNGIOLI, Maria Cristina Palma; SILVA, Anderson Lopes da. **O entrelaçar dos estudos de Comunicação e Gênero na América Latina: problemáticas teóricas, metodológicas e empíricas.** *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 21, n. 39, 2023. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/903/809>. Acesso em: 28 set. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 333–357, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MAKLOUF, Luiz. Invasão à gráfica Suyá. *Jornal Resistência*, Belém, ano 5, ed. 42, p. 2, 16 out. 1982

MIRANDA, Rosinda da Silva. **Mulheres e ditadura: a trajetória de Isabel Tavares da Cunha e sua contribuição para a democracia, feminismo e os direitos humanos no Pará.** In: *Simpósio Nacional de História*, 30., 2019, Recife. Anais (1).pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565304246_ARQUIVO_artigo_ANPUHdf). Acesso em: 03 dez. 2023.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). **Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino.** São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_sedh_mulheres_ditadura.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

NASCIMENTO, Durbens Martins. A Guerrilha do Araguaia: "paulistas" e militares na Amazônia. 2000. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2000. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2458>. Acesso em 20 out. 2023.

NATANSOHN, L. Graciela. Representações de sexo/gênero: uma questão pendente nos estudos de comunicação. In: XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP1NATANSOHN.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2023.

REPRESENTATIVIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/representatividade>. Acesso em: 2 out. 2023.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 03, p. 57-76, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revistando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio-ago. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003>. Acesso em 05 dez. 2023.



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. *In*: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.) **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/03/Classe-operaria-web.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, SP, v. 2, n. 2, p. 9–18, jun. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>. Acesso em: 25 out. 2023.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em Comunicação do Brasil (1972-2015)**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193542>. Acesso em: 21 set. 2023

Submetido em: 08.05.2024

Aprovado em: 25.07.2024

